



Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais

RESENHA

DIÁLOGOS GLOBAIS: resenha de “O Ensino de Ciências Sociais em Perspectiva Internacional”

Tatiane Rocha Vieira¹

Dados da obra

CIGALES, Marcelo (Org.). *O Ensino de Ciências Sociais em Perspectiva Internacional*. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2025. 307 páginas. ISBN-10: 6587600638. ISBN-13: 978-6587600635.

O livro é resultado do I Congresso Internacional de Ensino de Ciências Sociais (CIECS), realizado em novembro de 2023 na Universidade de Brasília (UnB), e reúne contribuições de pesquisadores de diversos países. No entanto, mais do que uma simples coletânea de textos, a obra deve ser compreendida no marco do fortalecimento de um campo específico de pesquisa — o do Ensino de Sociologia — que, apesar de historicamente marginalizado, vem se consolidando no Brasil sobretudo após a promulgação da Lei 11.684/2008, que tornou obrigatório o ensino de Sociologia no Ensino Médio. Essa obrigatoriedade não apenas impulsionou debates curriculares, mas também influenciou a própria estrutura dos cursos de formação de professores, que passaram a repensar seus

¹ Mestranda em Sociologia pela Universidade de Brasília (PPGSOL/ UnB). E-mail: tatianesociologia@gmail.com

programas de ensino com o objetivo de cumprir a normatização dos estágios obrigatórios das licenciaturas. Também caberia destacar uma série de políticas públicas e programas que fortaleceram as licenciaturas em Ciências Sociais nas últimas décadas (Oliveira, 2023; Bodart e Tavares, 2021; Pereira, 2022).

Nesse contexto, a obra organizada por Marcelo Cigales — professor da UnB e coordenador do Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez — representa uma importante intervenção coletiva. Estruturado em duas partes, o livro propõe, na primeira, reflexões sobre democracia, cidadania e tecnologias digitais na educação; e, na segunda, discussões sobre história, livros didáticos e educação étnico-racial. Ao reunir 15 autores em 11 capítulos, o livro não apenas compartilha experiências e pesquisas, mas também contribui para a consolidação do Ensino de Ciências Sociais como um campo de produção teórica, metodológica e política situado entre a sala de aula e a academia, com preocupações globais e enraizamentos locais.

No prefácio, Diego Ezequiel Pereyra, da Universidad de Buenos Aires (UBA), destaca os desafios da pesquisa em Ciências Sociais diante das disputas sobre o significado de uma educação de qualidade em um cenário geopolítico tenso. O principal desafio é equilibrar qualidade e inclusão como dimensões complementares do direito à educação democrática, vinculada à aprendizagem significativa e à justiça social. Soma-se a isso a hostilidade de movimentos conservadores que veem as Ciências Sociais como ameaça à ordem social, pressionando por sua exclusão das escolas. Pereyra defende, nesse contexto, seu papel essencial para uma educação crítica, cidadã e emancipatória. Outro ponto central é a necessidade de investir na formação docente e em tecnologias que favoreçam práticas inclusivas e respeitem as diversidades. Há ainda o desafio de equilibrar autonomia e heteronomia nos currículos, frente às demandas locais que, se mal mediadas, podem fragmentar o ensino e reforçar exclusões. Pereyra ressalta que os estudos comparativos reunidos na obra oferecem alternativas teórico-metodológicas para enfrentar esses dilemas, buscando consolidar uma agenda de pesquisa compartilhada e uma memória coletiva das Ciências Sociais que valorize vozes plurais e perspectivas silenciadas.

No primeiro capítulo, *“Por perspectivas democráticas na educação em Ciências Sociais”*, Raewyn Connell, professora emérita da Universidade de Sydney, defende as Ciências Sociais como instrumento essencial para o fortalecimento da democracia, por sua capacidade de analisar crises contemporâneas — como as climáticas e sanitárias — resultantes das desigualdades do Socioceno. A autora critica a mercantilização da educação, evidenciada na padronização curricular imposta por corporações internacionais e nos testes de desempenho baseados em lógicas meritocráticas e individualistas. Em oposição, propõe um currículo democrático, construído de forma colaborativa entre professores e estudantes, sensível às realidades locais. Tal currículo deve ser baseado em evidências, estimular habilidades investigativas e criativas, historicizar os processos sociais e problematizar desigualdades na geopolítica do conhecimento, rompendo com o eurocentrismo e valorizando saberes do Sul Global. Por fim, Connell propõe repensar o papel docente, priorizando o acompanhamento e o protagonismo estudantil em processos coletivos de aprendizagem.

O segundo capítulo, *“Cidadania e Ensino de Sociologia no contexto de crise democrática: um convite”*, de Amurabi Oliveira (UFSC), discute o papel do Ensino de Ciências Sociais frente à crise democrática intensificada por movimentos conservadores. No Brasil, a cidadania é um princípio legal da educação desde 1996, mas na prática, muitos seguem excluídos dela. Cabe às Ciências Sociais revelar esses sujeitos marginalizados, usando a interseccionalidade para entender como desigualdades cruzadas afetam o acesso à cidadania. Oliveira analisa os ataques à educação promovidos por empreendedores morais — como o movimento “Escola Sem Partido” — que visam silenciar debates sobre gênero, sexualidade, raça e diversidade. Nesse cenário, a Sociologia é alvo preferencial, e seus docentes, estigmatizados. O autor defende a escuta ativa das juventudes e analisa grafites e mensagens nos muros de Brasília como expressões de suas dores e exclusões. A sala de aula, portanto, deve ser espaço de diálogo entre teoria, prática e vivências, onde o protagonismo estudantil contribua para repensar a teoria social e fortalecer a cidadania e a democracia.

No terceiro capítulo, *“Como o ensino da Sociologia pode fortalecer a cidadania? Algumas reflexões baseadas no caso francês”*, Igor Martinache (Universidade de Paris-Nanterre) argumenta que as contribuições da Sociologia à cidadania dependem de como ambos os conceitos são contextualizados. A partir de Marshall, destaca que cidadania envolve dimensões civil, política e social interdependentes, tensionando a igualdade formal frente às desigualdades reais. A Sociologia, nesse contexto, deve problematizar essas contradições como parte de um processo dinâmico e conflitivo. O ensino da disciplina enfrenta o dilema entre a padronização científica e a flexibilidade para abordar experiências estudantis. Na França, coexistem dois modelos didáticos: um centrado no rigor analítico e outro acadêmico, que resultam em fragmentação disciplinar. Para desenvolver uma educação crítica, é preciso superar a tecnicidade dominante nas Ciências Econômicas e os efeitos padronizadores dos exames nacionais. Martinache defende o uso de metodologias ativas — como debates, pesquisas e aprendizagem por problemas — para promover competências críticas diante de fake news, teorias da conspiração e o anti-intelectualismo que marcam a atual crise democrática.

No quarto capítulo, *“Pensar sobre a realidade social a partir da sala de aula”*, Isabelino Siede (Universidades Nacionais de La Plata e da Patagônia Austral, Argentina) analisa práticas didáticas no Ensino de Sociologia com base em entrevistas com professores do ensino médio em Buenos Aires. Identifica o predomínio de um modelo "explicação-aplicação", marcado por conteúdos extensos, aulas expositivas e foco nos autores clássicos, o que reforça a autoridade docente e limita a autonomia e criticidade dos estudantes. Esse modelo dissocia conhecimento e pensamento, priorizando a memorização em detrimento da investigação e da criatividade. Como alternativa, Siede propõe o modelo "problematização-conceitualização", que articula teoria e prática a partir de situações-problema, promovendo uma aprendizagem ativa e contextualizada. Para ele, o objetivo central do ensino é ensinar a fazer perguntas.

No quinto capítulo, *“Formação de professores e ensino de Sociologia por meio das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs): o caso*

uruguaio”, Dinorah Motta de Souza (Instituto de Profesores Artigas, Uruguai) analisa a relação entre o Ensino de Sociologia e a democracia no contexto uruguaio. Em regimes autoritários, a disciplina foi esvaziada, reduzida a conteúdos moralizantes integrados ao Direito e à Educação Cívica. Com governos progressistas, consolidou-se um currículo nacional construído com participação docente, conferindo maior autonomia e especificidade à Sociologia. No entanto, a virada política de 2020 levou à reversão desse avanço, reincorporando a Sociologia ao Direito e dificultando a formação metodológica especializada. Apesar da introdução das TDICs, o ensino permaneceu centrado em abordagens individualistas e metas externas, esvaziando a dimensão crítica, coletiva e ética do processo educativo. A instabilidade curricular revela as tensões entre projetos pedagógicos e disputas políticas na democracia uruguaia.

O sexto capítulo, *“Visões e passos iniciais para uma rede internacional de ensino de Sociologia de educadores globais”*, de Annette Tézli, Katherine Lyon (ambas do Canadá) e Sultan Khan (África do Sul), encerra a primeira seção da obra ao discutir os desafios e possibilidades de uma rede internacional colaborativa no Ensino de Sociologia. O texto critica a hegemonia epistêmica branca, patriarcal e eurocêntrica do Norte Global, que se impõe como universal nos currículos, materiais didáticos e práticas pedagógicas, marginalizando produções de outras regiões como América Latina, Oriente Médio e África. Essa desigualdade reforça uma visão elitista e reprodutivista da Sociologia, esvaziando seu potencial crítico e emancipador. Em resposta, o Grupo Temático 9 Sociological Teaching, da Associação Internacional de Sociologia, propõe uma rede global que valorize saberes periféricos e promova a construção de um conhecimento mais inclusivo, colaborativo e descolonizado.

O capítulo *“A importância de se levar a sério as instituições: apontamentos sobre o estudo da história do ensino da Sociologia”*, de Juan Pedro Blois (Universidade Nacional de General Sarmiento e Conicet, Argentina), inaugura a segunda seção da obra destacando a relevância da análise sócio-histórica para compreender a trajetória do Ensino de Sociologia na Argentina. A partir da perspectiva disposicionalista de Bourdieu, o autor investiga como instituições,

currículos, socializações e práticas profissionais moldam a identidade da Sociologia, especialmente diante das instabilidades democráticas e dos governos autoritários no país. Em vez de focar apenas em figuras notórias, Blois enfatiza o papel das práticas cotidianas dos sociólogos e suas disputas por legitimidade no campo acadêmico e profissional. Ele defende uma abordagem institucional crítica, atenta às rupturas e continuidades, mas sem cair em visões teleológicas ou formalistas. O processo de internacionalização da pesquisa exigiu distanciamento analítico, ampliando a reflexividade e a criatividade na formulação dos problemas sociológicos.

No capítulo *“Livros de introdução à Sociologia no Brasil (1917–1950): uma perspectiva histórica”*, Cristiano das Neves Bodart (UFAL) analisa manuais escolares de Sociologia para compreender a formação do campo no Brasil. A disciplina integrou o currículo do ensino secundário antes mesmo da criação de cursos superiores na área, sendo especialmente relevante na formação de professoras na Escola Normal. Bodart mostra como os manuais refletem os contextos autoritários da época, com conteúdos moralizantes, cívicos e nacionalistas, e evidenciam disputas entre uma Sociologia católica e uma laica. Autores como Durkheim, Comte, Spencer e Tristão de Athayde eram frequentemente citados, indicando a busca por legitimar a Sociologia como ciência. A análise revela como os conteúdos eram moldados por forças ideológicas e políticas, destacando a permeabilidade dos materiais didáticos às disputas externas sobre os sentidos da disciplina no Brasil.

O capítulo *“Os sistemas de produção no ensino das Ciências Naturais por meio de livros didáticos publicados na Espanha (1965–1990)”*, de Ana Maria Badanelli Rubio e Cecília Valbuena Canet (UNED, Madrid), analisa como os livros didáticos de Ciências Naturais e Sociais representaram a relação entre natureza, trabalho e industrialização no final do franquismo e na transição democrática espanhola. Com base em análise qualitativa de imagens e discursos, as autoras mostram como o conteúdo escolar refletia transformações produtivas e ideológicas. Antes da industrialização, predominava a ênfase na matéria-prima; com o avanço industrial, os livros passaram a destacar o trabalho fabril. Durante

a redemocratização, o discurso migrou da sobrevivência para a qualidade de vida, valorizando profissões técnicas e alertando para os impactos ambientais da ação humana, alinhando o ensino às novas demandas sociais e políticas.

No capítulo *“Os livros didáticos de Sociologia no Brasil”*, Ana Martina Baron Engerrof (IFSC) analisa os livros didáticos como expressão das disputas nas políticas educacionais e da trajetória de institucionalização da Sociologia no Brasil. Ela identifica três gerações de obras: a primeira (1920–1940), ligada à institucionalização inicial da disciplina; a segunda (1980–2000), associada à sua reinserção gradual no currículo escolar; e a terceira, a partir de 2012, com a obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio e sua inclusão no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A autora sugere o surgimento de uma quarta geração, marcada por livros multidisciplinares impulsionados pela BNCC e pelo Novo Ensino Médio, o que pode representar um retrocesso na consolidação da disciplina. Ao mapear essas fases, o capítulo evidencia como os livros didáticos refletem disputas por legitimidade e ajudam a compreender os avanços e fragilidades no Ensino de Sociologia.

O capítulo final, *“O que o Primeiro Congresso Internacional de Ensino de Ciências Sociais tem a dizer sobre os Estudos Étnico-Raciais?”*, de Ana Clara Damásio (UnB), analisa as interseções entre o Ensino de Sociologia e os Estudos Étnico-Raciais, destacando sua relevância ética e política. A autora discute como a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, as cotas raciais e o protagonismo de pesquisadoras negras impactam a produção acadêmica e a prática docente. A partir do levantamento de trabalhos apresentados no CIECS, Damásio evidencia o crescimento das temáticas raciais no campo, mas aponta limites, como a necessidade de aprofundar o debate sobre a branquitude e incluir sujeitos ainda invisibilizados, como comunidades tradicionais. Conclui que, apesar dos avanços, é necessário ampliar a diversidade epistêmica para consolidar uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática.

A coletânea se destaca por oferecer um panorama abrangente e internacional sobre o Ensino de Ciências Sociais, articulando debates epistemológicos, curriculares e políticos. Seu maior mérito está na diversidade de

vozes e abordagens, que tensionam o lugar da Sociologia em contextos marcados por retrocessos democráticos e disputas morais. No entanto, apesar do esforço por pluralidade, a obra ainda poderia aprofundar experiências pedagógicas concretas do cotidiano escolar, especialmente da educação básica, e dar maior visibilidade a epistemologias indígenas e de outros povos tradicionais. Ainda assim, o livro é uma importante referência para fortalecer o campo e reafirmar o compromisso do Ensino de Ciências Sociais com a justiça social e a democracia. Espera-se que futuros estudos ampliem esse diálogo, aproximando ainda mais teoria, prática docente e os territórios educacionais onde se disputam sentidos de cidadania e emancipação.

REFERÊNCIAS

BODART, Cristiano das Neves; TAVARES, Caio dos Santos. Os cursos de Ciências Sociais e Sociologia no Brasil: história e configurações. *Cadernos de Educação*, v. 64, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/17540> Acesso em: 20 de abril de 2025.

OLIVEIRA, Amurabi. *O campo do ensino de Sociologia no Brasil: gênese, agentes e disputas*. Maceió: Café com Sociologia, 2023.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. A centralidade do campo do ensino de ciências sociais/sociologia brasileiro: notas para um debate crítico. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (Cabecs)*, v. 6, n. 2, 155-175, 2022. Disponível em: <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/401> Acesso em: 20 de abril de 2025.

Recebido em: 08 de junho de 2025.

Aceito em: 30 de julho de 2025.

COMO REFERENCIAR ESTE TEXTO:

VIEIRA, Tatiane Rocha. Diálogos globais: resenha de “O Ensino de Ciências Sociais em Perspectiva Internacional”. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS*, v.9, n. 2, p.01-08, 2025